



BOLETIM CONJUNTO DAS ASSOCIAÇÕES DA CNEN

REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA CNEN EM 29/10/2018

As entidades representativas dos servidores reunidas em 29/10/2018, na Sede, no Rio de Janeiro, discutiram com a Direção da CNEN diversos pontos de interesse dos servidores, os quais serão apresentados a seguir. A última reunião ocorrida entre todas as associações e o Presidente foi em 21/08/2018.

A reunião ocorreu de 14h às 18h e estiveram presentes: Paulo Roberto Pertusi – Presidente da CNEN; Elizabeth Rodrigues Cunha – DGI; Alexandre Gromann de A. Goes – DRS; Jose Carlos Bressiani – DPD; Roberto Xavier – CGPA; Márcio Siqueira – CGRH; Vânia Maria N. C. dos Santos – Procuradoria Federal; Adriana de Oliveira Resende – Auditoria; Cássia Helena P. Lima – Chefe de Gabinete; Walter Ricci – ASSIPEN; Wagner Reis, Wagner Costa, Célio Leal – ASSEC/RJ; Paulo Ney A. Barros e Marcos Flávio de Oliveira – ASSEC/MG.

REESTRUTURAÇÃO DA CNEN

Desde julho o GT5 (criado a partir do GT1) está trabalhando. Segundo a Direção o novo grupo está caminhando para as seguintes proposições: criação de uma autoridade regulatória, uma autarquia federal vinculada do MCTIC; a Agência seria como “uma DRS um pouco expandida”; um nome inicial seria “Autoridade Nacional de Segurança Nuclear” - ANSN; os servidores seriam basicamente o pessoal da DRS, os quais iriam para uma nova carreira mas com a mesma estrutura remuneratória, para evitar divisões internas entre “os que ficam” e “os que vão”; não seriam levadas, para a nova agência, pessoas da área meio.

Segundo a Direção, a CNEN tende a se fortalecer após a criação da Agência. As associações questionaram esta informação duvidando que uma separação deste tipo consiga deixar a CNEN mais forte. A Direção informou que seriam tomadas medidas para o fortalecimento da CNEN, como: não reduzir o orçamento da CNEN após a separação; prover mais cargos de DAS, por exemplo, DAS.5 para os diretores dos institutos; elaborar plano estratégico com o foco na pesquisa e desenvolvimento e maior integração entre os institutos; a ideia é “cuidar mais de perto” dos institutos; lembrou que a CNEN terá duas novas unidades, o RMB e o RBMN.

Novamente as associações questionaram dizendo que nunca foram convencidas da necessidade desta separação e que não veem pontos positivos se isso ocorrer.

O Presidente citou que “qualquer separação é um enfraquecimento”, no começo. Mas que não existe mais condições de contrariar o argumento de que “quem fiscaliza não pode ser quem produz, quem entrega, etc”. Dizer que a CNEN funcionou bem até o momento não é argumento suficiente para os órgãos que nos questionam, citou a Direção. Segundo explicações do Sr. Roberto Xavier a CNEN já está trabalhando num projeto/plano de separação que, por sinal, dizem, sempre defenderam. Um dos argumentos citados são as licitações governamentais que envolvem a CNEN,

nestas, quando os participantes descobrem que a própria CNEN é a fiscalizadora, os questionamentos são inevitáveis e por vezes atrapalham.

A Direção argumentou também que, manter a CNEN, da forma atual, a enfraquece, pois a todo momento chegam questionamentos. Citaram que precisamos investir mais em P&D, criar maior sinergia entre as unidades e que a separação será uma oportunidade de “reinventar” a CNEN.

Questionamos como ficaria, por exemplo, o Plano Médico do RJ. A Direção informou que os servidores que forem para a Agência não poderão permanecer no Plano da CNEN.

As associações sugeriram fortemente que a Direção informe, que vá aos institutos e apresente essas ideias e argumente com seus servidores. A Direção concordou, disse que precisa melhorar muito a comunicação com os institutos.

Ainda dentro deste assunto a Direção foi questionada sobre a possível “privatização” da produção de radiofármacos, sobre a PEC 0100/2007 que, por exemplo, em seu Art. 21 prevê “autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos”, em movimentação no Congresso. A Direção disse que essa PEC diz respeito a quebra de monopólio de radioisótopos. Informaram também que não existe nenhum projeto de privatizar ou deixar que uma empresa externa assuma a radiofarmácia do IPEN. Lembraram que o RMB não produzirá radiofármacos, somente o molibdênio.

PLANO MÉDICO

Nas palavras iniciais do Presidente, ele repetiu a fala da reunião anterior dizendo que este é o assunto mais importante hoje para ele: salvar e dar continuidade ao Plano Médico da CNEN.

A Direção informou que, em 11/10, através do Ofício 048/2018 CNEN/PR, foi solicitada autorização, ao MCTIC, para pagamento de despesas médicas de R\$8.820.000,00. Esta solicitação deverá ser encaminhada ao MPDG. Na semana seguinte será realizada reunião na área de RH do Ministério do Planejamento para esclarecer o pedido antes que o mesmo vá para a área de orçamento (SOF). **Segundo informações posteriores à reunião, ainda não conseguiram autorização do MPDG para o pagamento. Nos parece que isso realmente não será possível.**

Informaram também que em 26/10 foi concluído o trabalho do GT criado pela Portaria 36, de 14/06/2018. Com isso a Direção conseguiu todos os elementos para argumentar, junto ao MPDG, pela viabilidade do Plano da CNEN. Foram apresentadas também propostas de melhorias no modelo de gestão, mudanças na atuação dos conselhos (menos executiva), criação de núcleos do Plano Médico no RJ, SP e MG, com uma estruturação e inclusive DAS para esta área.

As associações reforçaram a ideia de que o mais importante para o plano se tornar sustentável é aumentar a cota da União (retorno da paridade). Sobre isso a Direção informou que é uma preocupação geral do MCTIC e MPDG, mas é necessário corrigir isso para todos os órgãos, praticamente todos estão com esta cota muito defasada.

ON4, RADIAÇÃO IONIZANTE e RAIOS X

A Direção informou que a ideia do Ministério do Trabalho e do MPDG é fazer uma regra única para os adicionais ocupacionais, para o serviço público e privado. Informaram que cerca de 140.000 servidores federais recebem algum tipo de adicional ocupacional, cerca de 50.000 é do Ministério da Saúde.

A CGU deu o prazo de 30/12, prazo já prorrogado, para que a CNEN regularize o pagamento do Adicional de Radiação Ionizante (ARI). O grupo criado pela Portaria PR 042/2018, em julho de 2018, está trabalhando para regulamentar o pagamento do RI.

Segundo a Direção, infelizmente todas as possibilidades, técnicas e políticas, para tentar reverter a situação e evitar a suspensão do adicional, ainda não surtiram efeito.

O grupo de trabalho criado pela Portaria MPDG 7538/2018 tem até 27/11 para apresentar os resultados dos estudos e revisão da legislação que trata dos adicionais ocupacionais percebidos pelos servidores federais. Acreditamos que isso não terá resultado prático para o momento pois dependeria ainda de mudanças de leis, pelo Congresso, algo demorado.

A Direção informou que está trabalhando no regulamento interno e tentará minimizar as perdas para os servidores.

Diante do exposto as associações informaram que elaborarão uma ação judicial para tentar interromper os efeitos da ON4. Para tal buscarão o parecer da Procuradoria Federal da CNEN que tratou da ON4 e também os laudos elaborados recentemente em todas as unidades. As associações já estão organizando a documentação necessária e fazendo contato com seus advogados.

As associações questionaram a Direção sobre o pagamento do RX (ação judicial) e porque os valores não foram reajustados para o percentual de 10%. A Direção informou que foi feito novo questionamento à PRF2, em 11/10. As associações falaram sobre o risco de se tornar um passivo. A CGRH se comprometeu a lançar o pagamento na folha de dezembro. As associações do RJ discutirão com o CGRH e PF sobre os retroativos, sobre os quais ainda não houve acordo. Posteriormente a ASSEC/RJ atuou junto à Direção e conseguiu que o pagamento fosse feito na folha de novembro. Os retroativos ainda estão em discussão.

RELATÓRIO DA CGU SOBRE A PRODUÇÃO DE RADIOFÁRMACOS NO IPEN

As associações questionaram ao Presidente da CNEN se ele tomou conhecimento de servidores do IPEN que foram depor na Polícia Federal recentemente. A Auditora da CNEN informou que sabia, mas o Presidente aparentemente não.

A Auditora informou que as recomendações da CGU estavam sendo acompanhadas dentro da normalidade.



Novamente as associações se manifestaram com indignação, pois um relatório daquela gravidade ser tratado como algo rotineiro e comum não faz sentido.

Posteriormente à reunião, foi divulgada a demissão de servidor do IPEN, por praticar ato de improbidade administrativa e corrupção.

OUTROS ASSUNTOS

Sobre **os pedidos de contagem de tempo que estão parados**, a Direção havia se comprometido em ir o mais breve possível até o IPEN, onde cerca de 30 servidores aguardam a contagem de tempo especial. Porém isso ainda não ocorreu. Elizabeth, DGI, informou que o Fiscal mais experiente com trabalhos do IPEN entrou de licença médica. Ela disse que providenciará a ida ao IPEN em breve, ao que parece o fiscal retornará ao trabalho nos próximos dias.

Sobre a **revisão da Instrução Normativa de Registro, Apuração e Controle da Frequência**, o CGRH informou que o trabalho que estava praticamente terminado foi atropelado pela publicação da IN 02/2018 do MPDG. Então no momento, a CNEN está atuando na adequação de sua instrução interna para atender à IN 2.

Em Boletim recente a DGI tratou dos limites para compensação de horas com consultas médicas. Neste Boletim o pessoal que trabalha no regime de 24h ficou de fora. Questionaram a Direção sobre isso. Informaram que houve contestação e isso será revisto, porém, posteriormente à reunião nenhuma informação foi dada aos servidores sobre isso.

Sobre a necessidade de **opção para pagamento da GDACT aos aposentados**, as associações questionaram o CGRH porque alguns institutos, como o CDTN por exemplo, estava recebendo informações detalhadas (as opções e as possíveis perdas/ganhos com cada opção), enquanto outros somente foram informados sobre a necessidade de fazer a opção até o dia 31/10. O CGRH se comprometeu a enviar nova orientação ao RH dos institutos para que forneçam mais detalhes, ou seja, os cálculos da nova GADCT, possibilitando assim, que se faça a opção com mais segurança.

Por fim, o Presidente foi lembrado por um dos representantes das associações, quando no passado ele disse que a CNEN havia perdido espaço. Questionou ao presidente se ele já havia “ganhado alguns metros quadrados” do espaço perdido pela CNEN. O Presidente respondeu dizendo que acredita que sim, que a CNEN retomou algum espaço e que ele e a Direção estão trabalhando muito para melhorar a situação.

As associações solicitam então a marcação da próxima reunião, a depender de agenda do Presidente, para o final deste ano. Após a concordância o presidente deu por encerrado os trabalhos.